

SOBRE LAZER, RECREAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL: APONTAMENTOS (OU À BUSCA DE UM ESPÍRITO)¹

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo*

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada e Escola de Educação Física. Atua também no Programa de Pós-Graduação em Lazer/UFMG. É coordenador do “Sport”: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nos últimos anos, tenho me dedicado a refletir sobre os conceitos relacionados/operados ao/no campo dos Estudos do Lazer apreendidos das pesquisas históricas que temos entabulado. Parece claro que se faz necessário com maior acuidade discutir tais entendimentos, o que passa, inclusive, pela desestabilização da consideração hegemônica de que se trata o lazer de um fenômeno moderno, não no sentido de negar essa assertiva, mas sim de refinar nossos argumentos. Há mesmo um desconforto no que se refere à precisão do recorte relativo à configuração da prática social no âmbito da modernidade².

Para além disso, tenho também sentido o impacto de algumas investigações recentes, especialmente aquelas que têm se debruçado mais detidamente sobre os campos de intervenção do profissional de lazer (notadamente as orientadas pelo professor Hélder Isayama no Programa de Pós-Graduação em Lazer/UFMG). Para mim, elas têm apontado o quanto alguns de nossos conceitos são pouco operativos.

Em linhas gerais, os incômodos são os seguintes.

a) Hodiernamente, o termo lazer parece ser já bastante aceito e de ampla utilização, inclusive por órgãos governamentais e iniciativas do mercado; contudo, majoritariamente, o termo tem sido usado de forma mecânica ou

¹ . Esse artigo foi originalmente concebido como uma palestra, ministrada no Encontro Nacional dos Consultores do PELC/Ministério do Esporte, realizado em agosto de 2010, na Universidade Federal de Minas Gerais. Ele incorpora algumas reflexões já publicadas em outros espaços.

² . Tenho entabulado um feliz e produtivo debate com o professor Cléber Dias. Para algumas informações, ver Dias (2006) e Melo (2010).

simplista, sem que as discussões ao seu redor sejam mais profundamente consideradas, não poucas vezes somente substituindo o termo “recreação.

b) Será que isso é só uma “artimanha do mercado” ou pode ter algum grau de relação com nossas deficiências, com o fato de nós, envolvidos com os Estudos do Lazer, não estarmos conseguindo dar respostas às demandas daqueles que atuam na “ponta” (talvez até, por vezes, de maneira mais ou menos explícita, em maior ou menor grau, isso seja mesmo acompanhado por atitudes de reprovação ou condenação desses profissionais)?

d) Se são inegáveis as contribuições e avanços induzidos pelas iniciativas relacionadas aos Estudos do Lazer, não teríamos de forma equivocada abandonado maiores investimentos na discussão do velho conceito de recreação (quando não mesmo embarcado muito rapidamente no debate de novos conceitos, como o de animação (sócio)cultural)?

e) Não estaríamos tentando impor, de forma muito coercitiva, novas compreensões (construídas no decorrer da própria constituição dos Estudos do Lazer no Brasil) para antigos cenários, sem ter em conta a própria história, organização e peculiaridades desses espaços?

f) Isso não ajudaria, inclusive, a entender um certo incômodo que existe ao redor de uma fragmentação dos grupos envolvidos com as iniciativas do campo, cuja expressão mais clara, nos Estudos do Lazer, pode ser dramatizada na dualidade “ENAREL”- “Seminário Lazer em Debate”?

Essas questões, que emergiram em função de novos estudos históricos e de investigações do cenário contemporâneo, reforçam, para mim, a necessidade de voltarmos a discutir determinados entendimentos que perigosamente parecem ter alcançado alto grau de aceitabilidade e convencimento (pelo menos no âmbito dos discursos, especialmente entre os acadêmicos). Talvez seja útil abandonarmos essa zona de conforto e colocar em xeque nossos conceitos mais caros, inclusive os fundantes do campo. Particularmente, no âmbito das pesquisas históricas que tenho desenvolvido, tenho questionado até mesmo o uso do termo lazer, perguntando-me se, nesse caso, a ideia de diversão não é mais útil e conceitualmente mais adequada.

A proposta é recuperar o debate sobre antigos conceitos (inclusive sobre a velha recreação, que pode ser mais operativa do que alguns de nós podia esperar), continuar tentando melhor entender os arranjos do mercado e seguir investindo na discussão de um “espírito” para a atuação, isso é, um conjunto de princípios procedimentais, propositivos sim, mas flexíveis o suficiente para dar conta das multiplicidades de opções profissionais.

Nesse sentido, talvez a contribuição mais interessante do debate sobre a animação cultural tem sido mesmo aportar alguns elementos para essa construção, mesmo que nem todas as suas dimensões tenham o mesmo potencial efetivo generalizado de aplicação.

Explico. Entre os muitos conceitos de animação cultural, inclusive um que arrisquei sistematizar (Melo, 2006), há duas dimensões que parecem mais comuns: a) uma dimensão ética, na qual se destaca a contribuição para a auto-organização comunitária; b) uma dimensão estética, que tem a ver com a compreensão da centralidade das tensões culturais na definição dos rumos sociais no cenário contemporâneo.

A primeira dimensão é bastante relativa no que se refere à boa parte dos espaços de trabalho do profissional de lazer; se isso não significa que deva ser abandonada, certamente significa que não pode ser superdimensionada. Já a segunda, mesmo que com peculiaridades, considerando os limites de cada situação, tem mais possibilidade de ser vulgarizada, estabelecendo inclusive possíveis contribuições éticas, na articulação com os desdobramentos das intervenções de natureza estética.

Com isso quero dizer que creio mesmo que a grande contribuição que a discussão sobre a animação cultural tem dado ao tema da intervenção do profissional de lazer é explicitar e chamar para o debate a necessidade de melhor termos em conta o quanto e o como podemos implementar processos de educação das sensibilidades, talvez a mais potente e importante contribuição que podem dar os que atuam no campo.

Retomo aqui as possíveis contribuições que o “espírito surrealista” pode dar para inspirar a compreensão dos desafios que se apresentam aos que trabalham no âmbito da diversão:

um movimento de revolta do espírito e uma tentativa eminentemente subversiva de re-encantamento do mundo. Isto é, de reestabelecer, no coração da vida humana, os momentos “encantados” apagados pela civilização burguesa: a poesia, a paixão, o amor-louco, a imaginação, a magia, o mito, o maravilhoso, o sonho, a revolta, a utopia. Ou, se assim o quisermos, um protesto contra a racionalidade limitada, o espírito mercantilista, a lógica mesquinha, o realismo rasteiro de nossa sociedade capitalista-industrial, e a aspiração utópica e revolucionária de “mudar a vida”. É uma aventura ao mesmo tempo intelectual e passional, política e mágica, poética e onírica. (Lowy, 2002, p.9).

Michael Lowy (2002) argumenta que o surrealismo é um espírito de insubmissão e de revolta que: “retira sua força positiva erótica e poética das profundezas cristalinas do inconsciente, dos abismos insones do desejo, dos poços mágicos do princípio do prazer, das músicas incandescentes da imaginação” (p.10). Desejamos, ao nos ligarmos a tal ideário, entender que quando falamos de revolução não estamos nos referindo simplesmente a uma palavra de ordem ou um discurso superficial e idealista. A grande contribuição da intervenção cultural é implementar uma ideia de revolução relacionada à quebra da monotonia, à desestabilização e à construção de uma ideia radical de liberdade de escolha.

O animador se veria, assim, como um “pessimista revolucionário”. Ele sabe que seu trabalho não é fácil, sabe que suas conquistas são distantes e árduas, sabe que é ativo em um jogo desigual no qual possui condições mais frágeis, sabe de seus desafios cotidianos, mas segue acreditando que há necessidade de empreender combates contra a ordem estabelecida e crendo que tem uma contribuição efetiva a dar nesse processo, conjugando sonho e ação, poesia e subversão.

A questão central é muito bem colocada por Henry Giroux (2003): não basta apenas pensar em práticas culturais transgressoras, mas sim em como pode ser possível uma articulação ampla e radical entre artistas, educadores e todos os tipos de trabalhadores culturais, à busca de construção de modelos alternativos de política e de intervenção cultural.

Para ele, logo, é necessário tornar a pedagogia, entendida como prática crítica e performática, em um princípio fundamental. Se quisermos, podemos usar as palavras de um dos grandes poetas que teve esse país, Wally Salomão:

Experimentar o experimental
Experimentar o experimental
A fala da favela

O nóculo decisivo nunca deixou de ser o ânimo
de plasmar uma linguagem convite para uma viagem

Adotar o pedagógico como parâmetro não dá obviamente conta da questão. Torna-se necessário debater as características que devem nortear a intervenção, sempre tendo em conta que o desafio central parece ser criar condições para que todos possam ter acesso aos meios de produção cultural, entendendo que os de “baixo” também produzem cultura. A questão é criar mecanismos para garantir constantes fluxos e contrafluxos culturais, encarando todos como potenciais produtores culturais, não somente consumidores.

Obviamente que estou longe de considerar a pedagogia em sua versão conservadora. Desejo uma pedagogia que permita e estimule ao indivíduo se posicionar mais criticamente e mais ativamente perante aos diferentes arranjos sociais. Como de forma bela define Giroux (2003):

Uma pedagogia sem garantias, uma pedagogia que, devido à sua natureza contingente e contextual, traga a promessa de produzir uma linguagem e um conjunto de relações sociais pelas quais os impulsos e as práticas justas de uma sociedade democrática possam ser experimentados e relacionados com o poder da autodefinição e da responsabilidade social (p.21).

Nesse processo, não parece adequado nem a supervalorização das manifestações relacionadas à “alta cultura”, nem tampouco das ligadas à “cultura popular”, uma divisão, aliás, que já não mais se sustenta em uma sociedade em que ambas se encontram bastante midiaticizadas e mercadorizadas; uma divisão para qual devemos trabalhar para extinguir definitivamente.

Isso não significa qualquer forma de desrespeito às tradições culturais, muito pelo contrário, antes uma conclamação para que não as compreendamos como privilégio de uma minoria que decide o que pode ou não ser difundido e acessado.

Aliás, quem estabelece o que é tradição? O que chamamos de tradição? Como chegou a ser assim denominada? Como se anexam valores positivos ou negativos a determinadas manifestações? Por que algumas são tidas como

positivas enquanto outras não? Parece fundamental que o animador tenha muito cuidado com os cânones, não no sentido de negá-los, mas no intuito de não idolatrá-los a partir de julgamentos a priori:

Com isso afirmamos que uma das tarefas é mesmo questionar e problematizar os conceitos de cultura e de estética. Tenho encontrado eco para essa preocupação no pensamento de John Dewey, muito bem recuperado por Richard Shusterman (1998). Logo no prefácio, o autor deixa claro o sentido de sua investida:

A estética torna-se muito mais central e significativa quando admitimos que, ao abranger o prático, ao refletir e informar sobre a práxis da vida, ela também diz respeito ao social e ao político. A ampliação e a emancipação do estético envolve, do mesmo modo, uma reconsideração da arte, liberando-a do claustro que a separa da vida e das formas mais populares de expressão cultural. Arte, vida e cultura popular sofrem hoje destas divisões fortificadas e da consequente identificação restritiva da arte com belas-artes (p.15).

A compreensão é de que os indivíduos devem ser sempre estimulados a se compreender enquanto produtores, não aceitando os limites, muitas vezes rígidos, impostos pelas instituições culturais formais, o que pode desautorizar suas críticas pessoais e desconsiderar suas formas específicas de manifestação a partir de um critério duvidoso de qualidade.

O posicionamento de alguém que não seja crítico profissional deve ser também considerado e não descartado a priori como sendo “opinião de um não entendido”. Da mesma forma, as manifestações não podem ter seu valor julgado de forma apriorística, de maneira preconceituosa. O seu valor não deve ser estabelecido por algo que venha de fora, mas construído a partir dos efeitos que ocasiona nos diferentes indivíduos, considerando que estes devem ter acesso a processos de formação.

A experiência estética é o grande valor. As manifestações cumprem sua função social quando permitem e induzem o indivíduo a exercer sua possibilidade de crítica e de escolha; quando amplia, ao incomodar, as formas de ver a realidade; quando educa para a necessidade de olhar cuidadosamente (tão importante em um mundo de signos e símbolos); também quando

desencadeia vivências prazerosas (embora estas não devam ser consideradas como único padrão de julgamento).

Perceba-se, assim, que não estamos a falar da diversão como um meio de educação, mas sim enfatizando a importância do processo de educação para a diversão.

Quero deixar claro que não estou, nem esse é o sentido das contribuições de Dewey e Shusterman, investindo em um esteticismo, nem tampouco em uma ideia romântica. É óbvio que as manifestações culturais por si só não são suficientes para modificar a realidade, nem linearmente podemos afirmar que um indivíduo “bem educado” seja alguém crítico e disposto a construir uma nova sociedade. Só estou afirmando que se não é suficiente, é fundamental.

Discuto aqui a preocupação exacerbada com a questão do “desenvolvimento de novos valores” (com a construção de uma nova ética, algo muitas vezes eivado de uma forte carga moralista) e uma sutil desconsideração com a questão da educação de novos olhares, novas sensações, novas sensibilidades. Não desejo renegar a questão do conteúdo, mas ressaltar que a questão da forma é tão importante quanto, e que pela forma também chegamos ao conteúdo. E que a forma é em si um conteúdo.

No fundo, sinto-me tocado e provocado por uma posição de Shusterman, quando considera que a ética e a estética não são campos absolutamente unidos e idênticos, nem tampouco completamente distintos, sugerindo uma estetização da ética:

A ideia aqui, para resumir numa frase seus aspectos mais salientes, é que as considerações estéticas são ou deveriam ser cruciais, e talvez superiores, na determinação de como escolhemos conduzir ou moldar nossas vidas e de como avaliamos o que é uma vida ideal (Shusterman, 1998, p.197).

Não podemos esquecer que todos estamos submetidos constantemente a situações estéticas, como bem chama a atenção Adolfo Vázquez (1999):

Acadêmicos ou não, em determinados momentos de nossas vidas todos vivemos em uma situação estética, por mais ingênua, simples ou espontânea que seja nossa atitude como sujeitos nela. Ante a flor que se dá de presente, o vestido que se escolhe, o rosto que cativa, ou a canção que nos agrada, vivemos essa relação peculiar com o objeto, que chamo

de situação estética. E a vivemos guiados por certa consciência ou ideologia estéticas (p.17).

Se não há como sobrepor as preocupações éticas pelas estéticas, não se pode também concordar com a submissão da estética à ética. Contra a estetização da política não creio ser adequada qualquer a politização da estética. Uma estética generalizada por certo buscará não se desvincular, mas responder ao “empobrecimento” das sensibilidades, processo difundido e estimulado por uma fatia considerável do mercado. Espera movimentação e circulação, descobrindo o pensamento conservador estabelecido e que penetra pelas frestas da sociedade. Entende que a redução da capacidade de pensar pode estar relacionada à redução da capacidade de sentir, cuja causa e consequência notáveis se encontram na intolerância e pouco conhecimento acerca da diversidade cultural. Por isso é que vai compreender que a educação estética pode transformar a existência cotidiana, injetando nela um princípio fundamental de liberdade e escolha.

Vale sempre ressaltar, logo, que a experiência estética não se esgota e nem está somente ligada à sensibilidade, ao sentimento, à emoção, estando também ligada ao conhecimento, ao intelecto, à razão. Uma posição de equilíbrio é fundamental para pensar o processo de intervenção: “Trata-se, sobretudo, de procurar a harmonia entre a sensibilidade, a paixão e a razão, de conciliar o dualismo fundamental do homem constituído de natureza e cultura” (Jimenez, 1999, p.24).

Não se trata de fazer uma opção entre a razão e a emoção, mas trabalhar no sentido de apontar para uma razão que abandone a pretensão de ser universal e totalizadora, ao mesmo tempo em que considera que a sensibilidade também tem aspectos racionais que são geradores de conhecimento. E ao intervir nessa perspectiva, o animador deve perceber que não se trata de catequização, mas de um processo de oportunização estimulada de experiências.

Um processo de educação estética, de educação das sensibilidades, no mínimo pode permitir aos indivíduos desenvolver o ato de julgar e criticar a partir do estabelecimento de novos olhares (mais tolerantes e

multirreferenciais) acerca da vida e da realidade. Sem falar na não menos importante possibilidade de potencializar o prazer de cada indivíduo; ou melhor, de problematizar os prazeres.

Retomando a questão dos arranjos culturais, o desafio é perceber que o processo de intervenção se constitui “a favor”, não necessariamente “contra” algo. É pensar uma iniciativa de “alfabetização” cultural em várias vias. Não é só para a escrita que somos educados cotidianamente, como também para os sons, olhares, paladares, sensações em geral. Potencializar e ampliar tais importantes dimensões humanas parece ser um apontamento necessário. Como bem situa Giroux:

Recusando um pragmatismo do mercado e uma alfabetização enraizada nos limites exclusivos da cultura modernista da imprensa, as formas mais fortes de crítica emergem de uma noção pluralizada de alfabetização que valoriza a cultura impressa e a visual. Além disso, a alfabetização como discurso crítico também proporciona uma base mais complexa para o poder, para a formação de identidades e para a materialidade do poder, enquanto enfatiza que, apesar de a própria alfabetização não garantir coisa alguma, ela é uma condição essencial para o protagonismo, para a auto-representação e para uma noção substantivada da vida pública democrática (p.73).

Há ainda que se discutir a natureza do trabalho do animador. Richard Johnson chama a atenção para que tenhamos claro que fazemos parte do mesmo processo que desejamos criticar. Portanto, devemos estar atentos aos limites de nossa atuação:

os intelectuais podem, tal como os conhecimentos acadêmicos e profissionais, policiar a relação entre o público e o privado ou podem criticá-la. Eles podem estar envolvidos na vigilância da subjetividade dos grupos subordinados ou nas lutas para representá-los mais adequadamente do que antes. Eles podem se tornar parte do problema ou da solução. (...) Nós precisamos fazer perguntas não apenas sobre objetos, teorias e métodos, mas também sobre os limites e os potenciais políticos das diferentes posições em torno do circuito (2000, p.53).

A ideia de projetos de vanguarda parece deslocada no âmbito das peculiaridades do capitalismo tardio. O próprio poder da cultura de massas acaba por “fagocitar” alguns projetos de contraposição, sem falar nas dificuldades de fazer a ponte entre as provocações dos artistas e o gosto do grande público. Adotar radicalmente a perspectiva de mediação parece condição *sine qua non*.

Ao contrário de investirmos na ideia de organização, tenho pensado na ideia de estabelecimento de uma certa “desorganização”: o processo de educação se daria pela busca de instaurar um incômodo; ao quebrar uma certa unilateralidade no processo de comunicação, parte do princípio da “deseducação”, da desestabilização.

Longe da ideia de vanguarda e libertos dessa falsa (e farsante) responsabilidade de “falar pelos outros”, um projeto estratégico de mediação parece estar apontado a partir da própria cultura de massas, não a “demonizando” ou a julgando de forma linear e maniqueísta. Será que os meios de comunicação em si são ruins ou complicado é uso majoritário que se faz deles na sociedade contemporânea? Será que são homogêneos ou há alternativas? Como lidar com possíveis potenciais de emancipação construídos pela própria cultura de massas, a partir da ideia de reapropriação e ressignificação?

É certo que não podemos negligenciar a força da cultura de massas. Isso não significa que sua influência seja monolítica e que não existam alternativas. O fundamental parece ser aprender a lidar criticamente com a força dos meios de comunicação. Como bem aponta Cevasco (2003):

Mais do que defender o passado, a questão mais premente é tentar ganhar o futuro: facilitar o acesso e a expansão da cultura nas novas condições sociais, e não confundir – problema recorrente no pensamento conservador – meios com mensagem. Não existe nenhum determinismo tecnológico que obrigue os meios de comunicação de massa a disseminar, como o fazem, lixo cultural. Para um pensamento progressista, seria mais relevante pensar em modos de utilizá-los para fins de expansão e enriquecimento culturais (p.47).

Michel Onfray (2001) também chama a atenção para esta dimensão, ressaltando o equívoco das propostas que sugerem o abandono e recusa de qualquer “cultura burguesa”. Argumenta que o uso é que é de interesse da burguesia, mas isso não significa uma marca essencial; conclama, logo, a um entendimento histórico da cultura. Recupera ainda a ideia de cultura como possibilidade de resistência, inclusive no interior do mercado:

Escapar do mercado não significa jamais comparecer lá onde ele organiza a encenação de suas cerimônias de autocelebração e auto-satisfação (...)

Pois o inimigo não é o local onde se fala, em absoluto, mas aquilo que se diz nesse local (p.234).

Há ainda uma última e relevante discussão. Johnson bem define os problemas que acometem áreas de estudo com as características da nossa, pressionada pelo que chama de “política miúda e cotidiana da Universidade”:

As formas acadêmicas de conhecimento (ou alguns aspectos dela) parecem ser, agora, parte do problema e não da solução. Na verdade, o problema continua o mesmo de sempre: o que se pode aproveitar dos interesses e dos saberes acadêmicos para se obter elementos de conhecimento útil (2000, p.17).

O nosso desafio segue sendo:

a tentativa, nem sempre bem-sucedida, de levar o melhor que se pode conseguir em termos de trabalho intelectual até pessoas para quem esse trabalho não é um modo de vida ou um emprego, mas uma questão de alto interesse para que entendam as pressões que sofrem, pressões de todos os tipos, das mais pessoais às mais amplas (Cevasco, 2003, p.78).

Trata-se então de construir uma teoria cujos ganhos não sejam somente acadêmicos, mas que recupere a ideia de uma interlocução clara com a prática; um projeto político claro de ação. Consideremos com cuidado o alerta de Johnson (2003, p.97):

Uma vez que as relações sociais fundamentais não foram transformadas, a análise social tende, constantemente, a retornar às suas velhas ancoragens, patologizando as culturas subordinadas, normalizando os modos dominantes, ajudando, na melhor das hipóteses, a construir reputações acadêmicas sem retornos proporcionais àquelas pessoas e àqueles grupos que são representados.

Considerando esses debates, há uma última discussão que gostaria de travar, mesmo que de forma breve: o desenvolvimento de metodologias, não por que as compreenda como modelos lineares de atuação, mas por que se constituem em um exemplo da busca da articulação entre a teoria e a prática, bem como porque servem de suporte fundamental para os profissionais envolvidos com o cotidiano de trabalho. Nesse ponto voltamos inclusive ao início, tanto no que se refere a discutir os velhos conceitos, como o de recreação, quanto no que se refere a um uso mais produtivo da história, que permita-nos entender melhor experiências passadas no âmbito da diversão, do lazer.

Esse é um ponto crucial. Gosto da angústia de Stuart Hall (2003), quando tematiza os limites do trabalho acadêmico. Explicitando as tensões com as quais devemos viver, o autor questiona:

O que acontece quando uma área (...) tenta desenvolver-se como uma espécie de intervenção teórica coerente? Ou, para inverter a questão, o que acontece quando um projeto acadêmico e teórico tenta envolver-se em pedagogias que se apóiam no envolvimento ativo de indivíduos e grupos, ou quando tenta fazer a diferença no mundo institucional onde se encontra? (p.212)

Acreditando que essa tensão deve ser característica dos intelectuais que se envolvem com a atuação no âmbito da cultura, sem a qual corremos o risco de esvaziar nossos compromissos políticos, propõe o autor que devemos: “sentir, na pele, sua transitoriedade, sua insubstancialidade, o pouco que consegue registrar, o pouco que alcançamos mudar ou incentivar à ação. Se você não sente isso como uma tensão no trabalho que produz é porque a teoria o deixou em paz” (Hall, 2003, p.213).

É essa tensão e angústia que deve nos movimentar em nossas ações cotidianas, na procura de articular de forma complexa um conjunto de olhares teóricos a uma série de experiências de intervenção, tendo em vista um compromisso político claro.

REFERÊNCIAS

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

DIAS, Cleber Augusto. Teorias do Lazer e modernidade: problemas e definições. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.3, junho/2009.

GIROUX, Henry A. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Thomaz Tadeu. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-131.

LOWY, Michel. **A estrela da manhã: surrealismo e marxismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, Victor Andrade de. **A Animação Cultural: conceitos e propostas.** Rio de Janeiro: Papyrus, 2006.

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e lazer: conceitos.** Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.

ONFRAY, Michel. **A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte.** São Paulo: Editora 34, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Convite à estética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.